

**Departamento de Desenvolvimento Social
Divisão de Coesão Social**

**Plano de Desenvolvimento
Social
2025-2029**



Ficha Técnica

Título: Plano de Desenvolvimento Social (2025 - 2029)

Coordenação Estratégica:

Presidente do CLAS de Oeiras, Vereadora Teresa Bacelar

Coordenação Técnica:

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Luís Afonso

Chefe de Divisão de Coesão Social, Ivone Afonso

Autoria:

Equipa Técnica do Município de Oeiras: Departamento de Desenvolvimento Social/Divisão de Coesão Social

Carla Martingo

Cristina Correia

Margarida Simão

Miriam Santorum.

Índice

Ficha Técnica	2
Índice	3
Índice de Tabelas	4
Índice de Imagens	4
Glossário de Siglas	5
NOTA INTRODUTÓRIA	6
PARTE I - O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
1. O Plano de Desenvolvimento Social.....	13
PARTE II – EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2018-2022	
2. Execução do Plano de Desenvolvimento Social 2018-2022.....	17
PARTE III – METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PDS 2025-2029	
3. Metodologia para elaboração do PDS 2025-2029	22
PARTE IV – O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2025-2029	
4. O Plano de Desenvolvimento Social 2025-2029	26
PARTE V – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PDS 2025-2029	
5. Monitorização do PDS 2025-2029	44
PARTE VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6. Considerações Finais	47
PARTE VII – ANEXOS	
7. Grupos focais: entidades participantes	50

Índice de Tabelas

Tabela 1 – PDS 2018-2022 – Nº de medidas propostas e executadas..... 18

Índice de Imagens

Imagen 1 – Áreas Temáticas 14

Imagen 2 – PDS 2018-2022 – Eixos Prioritários 17

Imagen 3 – PDS 2018-2022 – Taxa de Execução 19

Glossário de Siglas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLS – Contrato Local de Segurança

DS – Diagnóstico Social

ECMIJ – Entidades com competência em matéria de infância e juventude

GT – Grupo de Trabalho

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IDEQ – Instituto de Prevenção e Tratamento da Dependência Química e Comportamentos Aditivos

LR - Lar Residencial

NPISA – Núcleo Planeamento e Intervenção de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

OCV – Oeiras Community Valley

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PSSA – Pessoas em situação de Sem-Abrigo

RIOCV – Rede Integrada de Oeiras contra a Violência

RIOMI – Rede integrada de Oeiras para as Migrações e Interculturalidade

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Nota Introdutória

As alterações económicas, sociodemográficas e políticas das últimas décadas exigem formas de planeamento e de governação territorial capazes de atuar com eficácia em contextos complexos e instáveis. A fragmentação socio territorial e a complexidade de problemáticas sociais exige e justifica a recente valorização da coesão territorial. A par de uma governação multinível, também o conceito governança territorial ganha neste sentido relevância na consensualização dos múltiplos interesses que conflituam nos territórios.

As profundas mudanças urbanas e da base económica e social ocorridas no último quarto de século e os problemas daí resultantes, mostram a dificuldade de responder aos desafios territoriais contemporâneos. A par, as estruturas de governação evidenciam debilidades múltiplas e não conseguem assegurar a defesa do interesse coletivo.

Urge, assim, o pensar novas formas de governabilidade de base territorial capazes de assumir e partilhar coresponsabilizações estratégicas na prossecução dos desafios colocados à gestão social dos territórios na atualidade.

Neste contexto, reconhece-se uma importância primordial ao poder local, que se assume como um verdadeiro fator de mudança, bem como o espaço privilegiado para a participação das populações locais. É neste âmbito, que mais facilmente, se poderão identificar os recursos existentes, priorizar os problemas mais prementes e apresentar propostas de atuação mais efetivas. A grande preocupação deverá incidir no desenvolvimento de políticas e estratégias de intervenção social, tendo por base o princípio da complementaridade, a conjugação de esforços e a implementação de parcerias, objetivando um combate mais eficaz às situações de vulnerabilidade, de pobreza e exclusão social. Torna-se, por isso, fundamental reforçar os meios disponíveis para fazer face às diversas problemáticas sociais, nunca esquecendo que as redes locais e as parcerias são imprescindíveis para uma maior eficácia do trabalho a desenvolver.

As ações de carácter social, devem ser orientadas de forma racional e integrada, visando de uma forma mais rápida e eficaz a redução dos problemas. Urge, portanto, construir um novo paradigma sustentado num novo quadro de políticas sociais locais.

Importa, em primeiro lugar, valorizar a Integração, que, congregando os recursos da comunidade, fomenta os projetos locais de desenvolvimento integrado. Mostra-se também indispensável, a articulação dos diferentes agentes locais, através de um trabalho de parceria, cooperação e partilha de responsabilidades. Por outro lado, devem os problemas ser resolvidos localmente, numa maior proximidade com as populações e explorando todos os recursos e

competências locais. A participação das populações e dos atores sociais é fundamental para a resolução dos constrangimentos sociais, uma vez que estes se constituem agentes de reforço dos elos sociais.

Esta mudança de paradigma implica uma mudança cultural, uma mudança nos modos de agir social e uma certa inovação de processos; é através da inovação nos processos de trabalho, que se pode fazer face ao ritmo acelerado a que surgem as novas problemáticas sociais.

É fundamental neste processo que se continue a concertar a reflexão com a intervenção e a mobilização social para, de uma forma sistemática, se poder estabelecer medidas que visem a atenuação, senão mesmo a erradicação, das situações de pobreza e de exclusão social.

I - URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DE UM NOVO MODELO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Apesar da diversidade de programas/ respostas sociais existentes e da sua qualidade, a resolução dos problemas de pobreza e exclusão social pela sua amplitude, abrangência e complexidade terão de passar por (re) pensar as estratégias de intervenção social, através da articulação das diferentes formas de atuação ao nível local. Na filosofia subjacente a esta perspetiva é no local que os problemas acontecem é nele que deverão ser encontradas, de forma conjugada e articulada, as soluções para os resolver. É neste plano que se situa a emergência de uma nova forma de abordar a intervenção social em contexto municipal.

Efetivamente, as mudanças ocorridas nos últimos 30 anos transportam-nos para um patamar muito diferente de relacionamento institucional que requer cada vez mais abordagens de intervenção mais integradas, colaborativas, interdependentes e complementares.

Os anteriores modelos de intervenção, apanágio de sociedades mais hierárquicas, racionalizadas, e menos dinâmicas, revelam a sua fragilidade face à necessidade de novos modelos de atuação junto das pessoas e das organizações.

Alguma fragilidade sentida na capacidade de resposta das organizações sociais tem dirigido a sua atenção para a necessidade de uma outra aposta na cooperação e relação entre o município e as instituições sociais. A percepção de que uma parceria meramente instrumental e operacional é limitada na criação de respostas sustentáveis face aos novos desafios sociais tem levado à consciencialização da emergência de um novo paradigma de intervenção social, que seja fruto de diferentes interesses e de esforços comuns, numa abordagem de redes colaborativas de intervenção social.

Sabemos, pois, que o funcionamento de um modelo em redes assume contornos de elevada complexidade, que acarretam constrangimentos a nível cultural, social, económico e organizativo, aumentando a sua capacidade de se constituírem como respostas pertinentes em tempo útil.

Por tal facto um processo de liderança baseado na partilha terá um papel fundamental no sucesso destas redes/comunidades colaborativas de desenvolvimento socio-territorial.

Acreditamos que o trabalho assente numa metodologia em redes colaborativas será um instrumento útil e relevante para um desenvolvimento local integrado, sustentável e plural, que contribua para a transformação da estrutura e dos modos de pensar das organizações sociais.

II- ASPETOS A CONSIDERAR NO NOVO MODELO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Porque sem se conhecer não se pode agir, e por forma a adequar o nosso modelo de intervenção, nos seus vários eixos, dimensões e ações à realidade do nosso concelho, torna-se importante antes da operacionalização do novo modelo de desenvolvimento social tecer algumas considerações sobre a caracterização do nosso território.

O concelho de Oeiras reúne um conjunto de expressivos indicadores socio económicos que o colocam numa posição cimeira quando comparado com outros concelhos integrados na AML ou a nível nacional. Destacamos:

- O concelho de Oeiras atingiu ao longo dos últimos vinte anos indicadores de crescente desenvolvimento socioeconómico, mesmo quando comparado com padrões europeus.
- Oeiras apresenta os valores mais elevados de rendimento bruto declarado, ultrapassando a média da AML e nacional (Fonte INE 2021).
- Por comparação com os concelhos limítrofes, Oeiras apresenta a média anual mais baixa de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, e de pessoas em situação de desemprego inscritas há menos de um ano (Fonte INE 2021).
- Oeiras apresenta uma proporção da população residente com ensino superior completo, acima da média nacional e da AML (Censos, 2021);
- Oeiras é o município do país com a taxa de analfabetismo mais baixa (Censos, 2021);

- Oeiras apresenta a segunda taxa de desemprego mais baixa da AML, inferior à média nacional (Censos, 2021);
- Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem em Oeiras, é a mais elevada dos municípios que integram a AML (Censos, 2021).

A par de um concelho social e economicamente sustentado, as taxas médias ao nível dos indicadores socioeconómicos escondem disparidades sociais e uma fragmentação sócio urbanística, associada, predominantemente, aos conjuntos populacionais e habitacionais que compõem os designados bairros municipais. Dos 18 concelhos da AML, Oeiras aparece como um dos que mais promove a habitação municipal pelo que importa continuar a privilegiar nestes territórios, uma atuação colaborativa e de coresponsabilização entre os diversos atores locais, de entre entidades públicas, privadas e a sociedade civil, visando responder aos desafios e paradigmas que se apresentam neste contexto, e, dessa forma, provocar mudanças positivas nas trajetórias de vida dos indivíduos e tornando a comunidade mais empreendedora, coesa, cooperante e solidária. Disto, é também exemplo, a intervenção do Contrato Local de Segurança (CLS) de Oeiras nos seus territórios de intervenção prioritária: Empreendimentos Municipais de Carnaxide e Bairro dos Navegadores, em Porto Salvo.

A par desta fragmentação socio territorial coexiste um conjunto de outros aspetos, que requerem uma nova abordagem na sua metodologia e forma de atuação, tendo em vista o encontrar de novas soluções. Salientamos:

- Baixa das taxas de natalidade e aumento do número de idosos, tornando problemática a subsistência, a prazo, dos serviços sociais;
- Aumento do número de pessoas idosas isoladas, facto resultante da ausência de suporte familiar e de redes de sociabilidade regular que, aliado ao aumento de situações de dependência, problemas de saúde mental, carência económica e respostas sociais insuficientes, despoletam problemas sociais de complexa resolução;
- Agravamento do endividamento das famílias e subsequentes situações de insustentabilidade económica;
- Insuficiência do Estado Social, refletida na desadequação das estruturas existentes e nas respostas insuficientes e outras inadequadas para fazer face às necessidades prementes;

- Surgimento de um novo significado social de pobreza com o aparecimento de novas formas de pobreza urbana;
- Situações de desemprego e da precariedade do trabalho, com a ausência de expectativas para a juventude e a necessidade diagnosticada de garantir um trabalho contínuo de identificação das necessidades do mercado de trabalho, por forma a realizar um ajustamento permanente das estratégias de capacitação e desenvolvimento de competências;
- Necessidade de manutenção da política de apoio à integração de migrantes, identificando-se como premente a garantia do conhecimento e acesso aos recursos existentes e a consolidação e articulação das entidades com intervenção nesta matéria;
- Fundamento para a consolidação da intervenção no domínio da violência familiar e de género principalmente no que respeita à política preventiva e à definição de um modelo de atuação concelhio;
- Aumento das situações ligadas à saúde mental que não encontra correlação com o investimento territorial que tem sido efetuado neste domínio. Com efeito, e não obstante as diversas estruturas e programas existentes, mantém-se a percepção de que existe dificuldade no acesso aos serviços de saúde mental e que as respostas de proximidade existentes são insuficientes face às necessidades;
- As múltiplas dificuldades que as pessoas com incapacidade e/ou deficiência e suas famílias enfrentam, sendo emergente, nomeadamente: proceder a diagnósticos sectoriais às acessibilidades em contextos específicos de forma a planear as intervenções necessárias; reforçar a política de transportes acessíveis; reforçar as respostas e equipamentos existentes (nomeadamente ao nível dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão); fomentar a ocupação de tempos livres de crianças e jovens com necessidades educativas especiais; e, facilitar o acesso ao ensino.
- A diversidade e a presença de pessoas provenientes de mais de 100 países que colocam importantes desafios, tanto por parte de quem acolhe como de quem é acolhido, na construção de um território intercultural e inclusivo, onde todas as pessoas têm vez e voz.

- As desigualdades, com base no género, que se manifestam de forma diferente na igualdade de oportunidades ao longo do ciclo de vida, em linha com o que se verifica a nível nacional.

PARTE I

O Plano de Desenvolvimento Social

1. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No Concelho de Oeiras, a implementação do Programa Rede Social remonta a 2002, e ao longo destes anos a articulação e atuação em parceria, constitui o suporte onde assenta a evolução deste programa e contribui para a ativação das diversas respostas e otimização dos recursos de intervenção ao nível do concelho e das freguesias.

A Rede Social de Oeiras, enquanto modelo de organização e de trabalho em parceria entre entidades públicas e privadas locais, com o propósito de potenciar uma maior eficácia na implementação de respostas sociais com vista à melhoria da qualidade de vida das comunidades e das pessoas, é considerada como uma boa prática pela Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De igual forma, são instrumentos fundamentais para a prossecução deste modelo, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e os subsequentes Planos de Ação com uma periodicidade bianual. A atuação da Rede Social de Oeiras contribui para os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável:



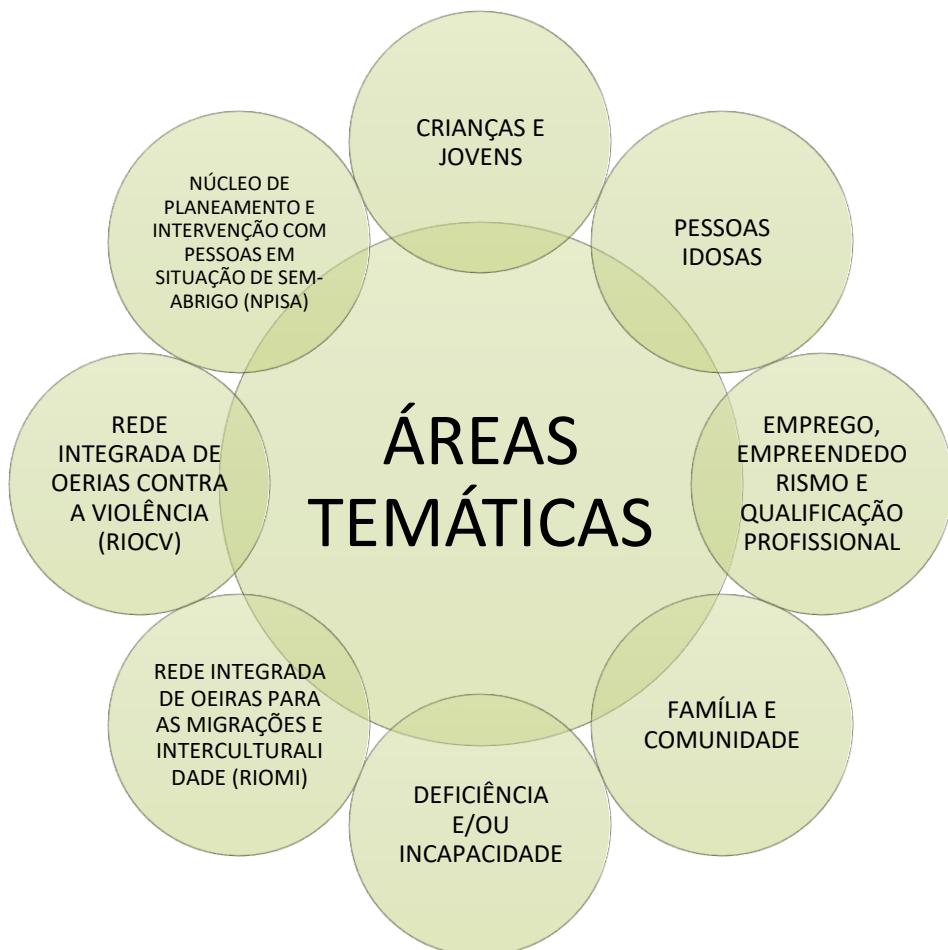
O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) decorre da definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local. Trata-se de um instrumento de planeamento, onde se encontram definidas as etapas e as estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais, e possibilita o enquadramento de todas as intervenções a serem realizadas no âmbito do desenvolvimento social.

Deste modo, o trabalho em parceria que é desenvolvido no concelho de Oeiras, permite a melhor identificação das necessidades e das dimensões dos problemas sociais existentes no território, bem como definir as soluções que melhor poderão responder aos problemas identificados.

Assim, e tendo sido este o foco da metodologia implementada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social (DS), o processo de construção do PDS incidiu numa dinâmica de participação com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social, nomeadamente, Grupos de Trabalho Temáticos e Comissões Sociais de Freguesia.

Em alteração ao PDS anterior, organizado segundo três principais eixos de intervenção, foi opção para o presente documento, dispor as matrizes de intervenção de acordo com as seguintes áreas temáticas:

Imagen 1 – Áreas temáticas



Estas áreas refletem o trabalho já desenvolvido ao nível dos Grupos Temáticos, tendo sido criado, no âmbito do processo de construção do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, um novo Grupo: “Família e Comunidade”, que surge da necessidade identificada de integrar o trabalho desenvolvido pelas Comissões Sociais de Freguesia numa área específica, que não se encontrava refletida nas áreas de atuação da Rede. Esta necessidade é refletida ao nível, por exemplo, do questionário aplicado aos Municípios, que a identificam como a 3^a área de intervenção mais prioritária.

PARTE II

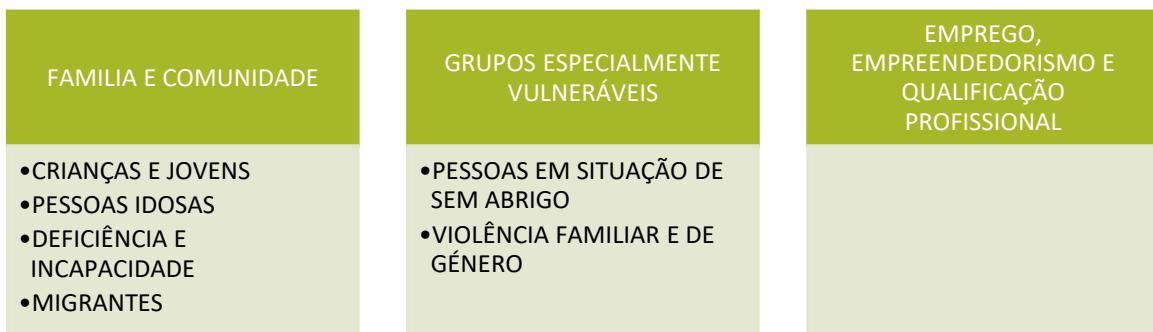
Execução do Plano de Desenvolvimento Social 2018-2022

2. EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2018-2022

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de 2018-2022 foi construído com base no Diagnóstico Social de 2018. Para a sua elaboração o Município de Oeiras contratou os serviços de uma empresa de consultoria externa.

As medidas apresentadas no PDS 2018-2022 foram alicerçadas em três eixos prioritários: Família e Comunidade, Grupos especialmente vulneráveis e Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional.

Imagen 2 – PDS 2018-2022 – Eixos Prioritários



- **Taxa de Execução do Plano de Desenvolvimento Social 2018-2022**

No âmbito do Plano de Desenvolvimento Social anterior, e no conjunto dos três eixos prioritários identificados, foram definidas 100 medidas a serem realizadas no período compreendido entre 2018-2022.

Os dados apresentados em tabela infra, mostram o número de ações propostas e executadas em cada Eixo, bem como a sua percentagem de execução.

Tabela 1 – PDS 2018-2022 – Nº de medidas propostas e executadas

	Nº Medidas Propostas	Nº Medidas Executadas	Taxa de Execução
Eixo 1 – Crianças e Jovens	9	7	77,8%
Eixo 1 – Pessoas Idosas	22	18	81,8%
Eixo 1 – Deficiência e Incapacidade	13	7	53,8%
Eixo 1 – Migrantes	20	11	55%
Eixo 2 – Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	13	13	100%
Eixo 2 – Violência Familiar e de Género	18	11	61,1%
Eixo 3 – Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional	5	0	0%
TOTAL	100	67	67%

A avaliação realizada ao PDS, e apresentada em reunião de CLAS, permite verificar que do total das medidas previstas foram realizadas 67, o que significa que o PDS 2018-2022 apresenta uma taxa de execução de 67%.

Imagen 3 – PDS 2018-2022 – Taxa de Execução

Plano de Desenvolvimento Social 2018-2022

3 Eixos Estratégicos

100 medidas definidas

67 medidas realizadas - Taxa de
Execução de 67%

Apesar de a taxa de execução ser positiva e do elevado número de medidas realizadas, é importante analisar os fatores que contribuíram para a não realização de todas as medidas previstas. Assim, podemos identificar quatro obstáculos que dificultaram a implementação do PDS ao longo do período compreendido entre 2018-2022:

- A Pandemia COVID-19 que provocou o redireccionamento da intervenção no território, principalmente durante os anos de 2020 e 2021, levando a um distanciamento em relação à execução de muitas das medidas previstas;
- A definição de muitas medidas, consequência de alguma dispersão dos grupos temáticos no momento de definição das prioridades de intervenção;
- Não se terem realizado momentos formais de monitorização e avaliação do PDS, especialmente no período de pandemia, e que veio criar dificuldades acrescidas à articulação necessária entre as diferentes entidades responsáveis pela execução das medidas;

• O grupo de trabalho temático para as questões relacionadas com o Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional não teve, nos últimos anos, uma entidade responsável pela sua dinamização, o que tornou mais difícil a implementação das medidas contratualizadas.

Contudo, apesar de se considerar que, neste eixo de intervenção, a taxa de execução é nula, é importante referir que as questões do emprego e do empreendedorismo, pela sua natureza orgânica e transversal às várias dimensões da vida dos indivíduos, foram trabalhadas noutras áreas de intervenção tais como a Juventude, Educação, Ação Social e Promoção do Investimento, entre outras, através de projetos promovidos e/ou apoiados, e em resposta às necessidades direcionadas aos seus públicos-alvo.

Assim, pode afirmar-se que existiu, por parte das entidades que integram este Grupo de Trabalho, uma atenção acrescida pela operacionalização de diversas ações em resposta aos objetivos definidos e preocupações identificadas. A título de exemplo é possível identificar a operacionalização, por parte do Município de Oeiras, do Centro Qualifica de Oeiras e da Bolsa de Emprego e Formação de Oeiras, com o objetivo de apoiar a integração de pessoas em situação de desemprego no mercado de trabalho.

PARTE III

Metodologia para elaboração do PDS 2025-2029

3. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PDS 2025-2029

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oeiras 2025-2029, enquadrado nas atividades do Conselho Local de Ação Social de Oeiras e do seu Núcleo Executivo, é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção social de âmbito local mais amplo, tendo sido precedido pela atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Oeiras de 2023.

A metodologia aplicada é similar à adotada para a elaboração do Diagnóstico Social, tendo sido orientada por princípios de:

- **Participação concreta**, em cada momento de trabalho, dos stakeholders locais por forma a garantir um conhecimento o mais completo possível das realidades em análise, mas também a mobilização efetiva para a ação futura;
- **Profissionalismo**, baseado numa preocupação permanente com o rigor técnico e metodológico dos processos e com a consistência e robustez dos resultados obtidos;
- **Abertura**, por via de uma flexibilidade e atenção constantes às necessidades dos destinatários, adequando estratégias e instrumentos metodológicos sempre que necessário;
- **Transparência**, através de um trabalho efetivo de parceria com os destinatários e de partilha de informação, através de momentos específicos de feedback e recolha de contributos;
- **Utilidade**, procurando que todos os momentos de trabalho e processos técnico-metodológicos tenham como fim último a sua utilidade e utilização por parte dos destinatários, parceiros e comunidades.

Tendo por base os princípios descritos, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Oeiras 2025-2029, foi desenhada e implementada uma abordagem participativa, em conformidade com as orientações e a própria cultura de trabalho do Núcleo Executivo do CLAS de Oeiras. Nesta conformidade, foi realizada uma reunião com o grupo de trabalho alargado, constituído por técnicos do Município de Oeiras e por Entidades Sociais do CLAS, para definição da estrutura dos grupos focais a realizar, bem como das entidades que seriam convidadas a participar e dinamizar as sessões e a sua calendarização.

Os grupos focais foram criados com base nos grupos de trabalho atualmente existentes na Rede Social de Oeiras, tendo sido proposto a criação de um novo, “Grupo de Trabalho Família e Comunidade”, considerando que esta área foi identificada como uma das cinco prioritárias no âmbito do Diagnóstico Social. De referir, igualmente, que outras duas áreas definidas como prioritárias, Educação e Saúde, não têm um grupo de trabalho específico, por se considerar que são transversais à atuação de vários grupos existentes.

- Grupo de Trabalho Crianças e Jovens;
- Grupo de Trabalho Pessoas Idosas;
- Grupo de Trabalho Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade;
- Rede Integrada de Oeiras para as Migrações e Interculturalidade (RIOMI);
- Rede Integrada de Oeiras contra a Violência (RIOCV);
- Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo - NPISA/ Oeiras;
- Grupo de Trabalho Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional;
- Grupo de Trabalho Família e Comunidade.



Neste sentido, foram realizadas, pelo menos, duas sessões de trabalho para cada grupo, com exceção do GT Crianças e Jovens, que realizou 5 sessões e da Rede Integrada de Oeiras para as Migrações e Interculturalidade (RIOMI) que realizou apenas uma sessão. As sessões realizadas tinham os seguintes objetivos:

- I Sessão:
 - Apresentação dos principais resultados do Diagnóstico Social e da avaliação do PDS anterior;
 - Categorização de áreas estratégicas de intervenção e priorização das mesmas através de votação;
- II Sessão:
 - Identificação das medidas a implementar descrevendo objetivos, atividades, metas, indicadores, responsáveis;

A listagem das entidades que participaram nos Grupos Focais encontra-se no Anexo I do presente documento.

PARTE IV

O Plano de Desenvolvimento Social 2025-2029

4. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2025-2029

A atualização do Diagnóstico Social de Oeiras permitiu realizar a análise e interpretação dos problemas sociais identificados como prioritários pelas Entidades Sociais que atuam neste território bem como pelos municípios. Esta análise resultou da sistematização e tratamento de informações quantitativas e documentais que caracterizam a realidade do concelho nas suas diversas dimensões, bem como da experiência de trabalho diário das Entidades Sociais que desenvolvem a sua atividade em prol do desenvolvimento social deste território e do sentir dos municíipes, que nele residem, sobre as áreas de intervenção que devem ser consideradas prioritárias nos próximos anos.

Assim, é importante considerarmos as principais conclusões apuradas do questionário dirigido às entidades públicas e privadas do setor social, tendo sido as entidades com respostas sociais nas áreas da infância e juventude, educação e apoio às pessoas idosas, as que mais aderiram a este processo.

O trabalho colaborativo e em rede, é também, apontado como um ponto forte característico do modelo seguido em Oeiras, e que envolve a cooperação entre as diversas entidades, que partilham objetivos comuns de promoção do bem-estar social e económico.

No que respeita às áreas identificadas como prioritárias e a salvaguardar, decorrentes do modelo de funcionamento próprio de cada entidade, é evidenciada a importância da garantia da sustentabilidade financeira, o investimento na gestão dos recursos humanos e a melhoria e reconversão do edificado.

Não se pode, pois, dissociar o que foi apurado desta auscultação às entidades, dos resultados obtidos do questionário dirigido aos municíipes e, posteriormente, na constituição, dinamização e principais conclusões do trabalho dos grupos focais temáticos.

Ao identificarmos as áreas de intervenção prioritárias para os municíipes de Oeiras, a área do apoio às pessoas idosas apresenta-se como a principal, seguida da saúde, com o destaque para a importância do desenvolvimento de mais medidas de apoio às Unidades de Saúde.

As áreas da Família e Comunidade, Educação e Infância e Juventude, ocupam os lugares seguintes, identificando-se a necessidade de criação de mais equipamentos de infância, requalificação do parque escolar, aumento da oferta de habitação, entre outros.

Nesta sequência, o trabalho colaborativo desenvolvido permitiu a construção de um documento de suporte ao trabalho articulado da Rede Social concelhia, que apresenta uma importante caracterização do concelho de Oeiras, demonstrando a existência de indicadores de excelência em áreas como a educação e rendimentos, mas também de desafios aos quais é fundamental dar resposta.

Contudo, Oeiras apresenta igualmente desafios que devem ser pensados na intervenção do Município para os próximos anos, nomeadamente o aumento da idade média dos/as residentes, do índice de envelhecimento e do índice de dependência de idosos, bem como o facto de se verificar em Oeiras um aumento, superior ao verificado na AML, do número de famílias unipessoais e das famílias unipessoais compostas por pessoas com 65 e mais anos.

O Diagnóstico Social de Oeiras traduz, assim, uma visão multidisciplinar e intersectorial dos problemas, das suas causas e recursos, culminando com a identificação das áreas prioritárias de intervenção. Estas áreas encontram-se refletidas no presente Plano de Desenvolvimento Social, através da definição de linhas estratégicas de atuação, orientadoras da intervenção do Município de Oeiras ao nível das diferentes áreas do desenvolvimento social.

O PDS é, assim, um documento estratégico, cuja operacionalização será realizada através da elaboração de Planos de Ação anuais, para cada Área Temática, onde são definidos os objetivos que se encontram subjacentes às estratégias propostas, bem como as medidas/ações/atividades que os sustentam e as metas, indicadores e entidades envolvidas na sua execução. A operacionalização das linhas estratégicas apresentadas neste documento, deverá refletir sempre os recursos e as potencialidades existentes, garantindo uma resposta eficaz às necessidades identificadas.

De igual forma, e apesar do trabalho desenvolvido ao nível dos diferentes Grupos Focais para definição das linhas estratégicas apresentadas, é importante reforçar que o Plano de Desenvolvimento Social é um documento dinâmico e, como tal, deve refletir e acompanhar as dinâmicas que ocorrerão ao longo deste período, quer demográficas quer socioeconómicas.

As linhas orientadoras a serem implementadas no período 2025-2029 são apresentadas, de seguida, considerando os grupos de trabalho definidos:

- Crianças e Jovens;
- Deficiência e/ou Incapacidade;
- Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional;
- Família e Comunidade;
- Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo - NPISA/ Oeiras;
- Pessoa Idosa;
- Rede Integrada de Oeiras contra a Violência (RIOCV);
- Rede Integrada de Oeiras para as Migrações e Interculturalidade (RIOMI).

De salientar ainda que as questões relacionadas com a área da Igualdade não se encontram aqui retratadas, porquanto está a ser elaborado o Plano para a Igualdade e não Discriminação de Oeiras.

EIXO – CRIANÇAS E JOVENS		
Objetivos estratégicos	Iniciativas estratégicas	Metas
OE 1. Construção participativa de uma política de infância do Município que seja inovadora, integrada e orientada para os direitos, bem-estar e inclusão social das crianças.	Estruturar a estratégia de Infância do Município	Elaboração até ao final da vigência do PDS
OE 2. Harmonizar e agilizar os procedimentos das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) com o Sistema de Promoção e Proteção	Realizar ações diagnósticas para identificação de dificuldades e de procedimentos, com a consequente definição conjunta de estratégias e de circuitos de intervenção	Elaboração de manual de procedimentos até ao final de 2026.
OE 3. Dinamizar campanhas e ações de sensibilização de promoção da saúde e bem-estar de crianças e jovens e de prevenção de comportamentos de risco	Priorizar o acesso a respostas de saúde mental às crianças e jovens com medida de promoção e proteção ou tutelar educativa	Elaboração, até final de 2026, de minuta de protocolo de colaboração
	Realizar sessões de informação, junto da comunidade escolar, para divulgação do Projeto Selo Protetor	Aumentar em 10% o nº de escolas com o Selo Protetor, até ao final da vigência do PDS

	Realizar ações de informação e sensibilização junto da comunidade escolar relativamente à prevenção de comportamentos de risco	6 ações de informação e sensibilização, por ano letivo, dirigidas a alunos do 3º ciclo e secundário
OE 4. Reforçar a capacitação dos encarregados de educação e pais para o exercício das responsabilidades parentais	Capacitar os encarregados de educação e pais para a sua parentalidade	Realização de 1 encontro anual

EIXO – DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE		
Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Metas
OE 1. Elaborar o Plano de Oeiras para a Inclusão contemplando os diversos eixos da condição humana em articulação com os agentes de intervenção na área da Deficiência e Incapacidade	Definir objetivos estratégias e medidas contribuindo para um concelho mais inclusivo	Aprovação do Plano de Oeiras para a Inclusão até ao final de 2024; Implementação de, pelo menos 60% das ações inscritas no Plano até ao final da vigência do PDS.
OE 2. Contribuir para o conhecimento de programas, medidas e apoios facilitadores do emprego com vista ao aumento da empregabilidade de pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade.	Criar um Gabinete de Inserção Profissional Inclusivo	Implementar o Gabinete até ao final de 2026; Integrar no mercado de trabalho, pelo menos 20 pessoas, até ao final da vigência do PDS.
	Implementar e promover o funcionamento de projetos promotores da empregabilidade de pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade.	Apoiar pelo menos duas entidades sociais na implementação e funcionamento de projetos.
OE 3. Promover a participação ativa de famílias e indivíduos na área da deficiência, na identificação de dificuldades e soluções com impacto na qualidade de vida da população com Deficiência e/ou Incapacidade	Implementar uma dinâmica de reflexão/ debate através de Fóruns Inclusivos	Realização de 4 fóruns anuais para um universo de 10 participantes por cada evento.

OE 4. Contribuir para um concelho mais acessível	Proceder ao levantamento/identificação de barreiras físicas e arquitetónicas do espaço público.	Identificação anual das barreiras físicas e arquitetónicas do espaço público em zonas de acesso a serviços no território de Oeiras.
	Identificar e resolver situações de barreiras arquitetónicas no interior de habitações de pessoas com mobilidade condicionada.	Proceder pelo menos a 5 intervenções até ao final da vigência do PDS.
OE 5. Dotar o Concelho de respostas residenciais e habitacionais adaptadas à população com Deficiência e/ou Incapacidade	Promover a criação de vagas em Respostas residenciais e outras (LR e CACI), vocacionadas para o apoio à população com Deficiência e/ou Incapacidade	Criação de, pelo menos, 30 vagas em CACI e 24 vagas em Lar Residencial, até ao final da vigência do PDS.

EIXO – EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		
Objetivos estratégicos	Iniciativas estratégicas	Metas
OE 1. Dotar os municípios de soft-skills e de outras ferramentas de trabalho que os apoiem em processos de recrutamento	Desenvolver ações de formação que promovam soft-skills, o desenvolvimento de competências de empregabilidade e o aumento da literacia digital.	Realização de 6 ações no ano 2025, com o aumento de 30% por cada ano de vigência do PDS.
OE 2. Potenciar respostas de formação à medida ajustadas às necessidades dos candidatos e do mercado de trabalho	Aplicar questionário ao tecido empresarial, entidades locais sociais e aos municípios do concelho, para levantamento das necessidades de formação.	Aplicação do questionário e análise dos dados até ao final de 2027.
	Elaborar, em articulação com entidades parceiras, plano de formação que responda às necessidades identificadas nos questionários.	Elaborar plano de formação para os anos de 2028 e 2029; Taxa de execução dos planos de 75%/ano.
	Criar espaço colaborativo (Co Lab) que permita também desenvolver ações ligadas a ofícios tradicionais	Identificar e adaptar espaço até ao final de 2028

<p>OE3. Melhorar a proximidade entre o setor empresarial e os candidatos desempregados</p>	<p>Sensibilizar o tecido empresarial/entidades para recrutamento inclusivo (pessoas com deficiência e/ou incapacidade, minorias, maiores de 55 anos, entre outros).</p>	<p>Criar um programa de sensibilização para as empresas até ao final de 2028; Criar Prémio de Reconhecimento pelas práticas de emprego inclusivo até ao final de 2026.</p>
<p>OE4. Melhorar a proximidade entre o setor empresarial e as escolas</p>	<p>Sensibilizar o tecido empresarial e os agrupamentos de escolas</p>	<p>Criar um programa de intercâmbio para as empresas até ao final de 2027</p>

EIXO - FAMÍLIA E COMUNIDADE		
Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Metas
OE 1. Consolidar o modelo de intervenção SAASI (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado) de Oeiras	Uniformizar procedimentos através da promoção de momentos de reflexão e partilha entre técnicos de intervenção social.	1 encontro por semestre para reflexão e partilha; Construção de documento orientador para a intervenção social, a apresentar proposta até final de 2026.
OE 2. Promover a medida de Acolhimento Familiar	Dinamizar iniciativas em articulação com as entidades que se encontram a implementar esta Medida, de sensibilização junto da comunidade.	Realização de pelo menos 2 iniciativas/ano
OE 3. Reforçar a implementação de respostas inovadoras, dirigidas à população em situação de vulnerabilidade	Implementar ou apoiar a criação de projetos que visem colmatar as necessidades diagnosticadas.	Pelo menos 2 projetos durante o período de vigência do PDS (Rede Alimentar e Limpeza Habitacional)
OE 4. Potenciar as instituições sociais ao nível da gestão financeira	Capacitar profissionais e entidades nas áreas da gestão financeira e sustentabilidade	Pelo menos 15 instituições capacitadas até ao final da vigência do PDS.

OE 5. Reforçar a divulgação de medidas de apoio social direcionadas para problemáticas específicas	Melhorar os canais de divulgação institucionais dos recursos e respostas no âmbito da intervenção social, com maior expressão para as medidas de apoio alimentar de emergência e de apoio habitacional.	Criação de um Portal da Ação Social durante o período de vigência do PDS e de materiais de divulgação das medidas específicas existente, até ao final de 2026.
OE 6. Potenciar os recursos do Banco local de voluntariado de Oeiras	Articular com parceiros locais a reflexão e criação de novas formas de triagem e de organização do Banco local de voluntariado de Oeiras	Apresentação de proposta de documento no prazo de 1 ano

EIXO – INTERCULTURALIDADE		
Objetivo Estratégico	Iniciativas Estratégicas	Metas
OE 1. Promover uma intervenção integrada ao nível do acolhimento e integração de migrantes e da promoção da interculturalidade	Definir e implementar uma estratégia concelhia de promoção da interculturalidade e integração de proximidade	Criação de plano municipal até 2027; Execução de 60% das ações do plano municipal.
	Realizar momentos de trabalho regulares, para partilha e reflexão sobre os problemas identificados e vivenciados pelas associações e pessoas que representam, acolhidos rotativamente pelas associações	Realização de 2 encontros/ano, durante a vigência do PDS.
	Realizar cursos de língua portuguesa para estrangeiros em articulação com o IEFP	Constituição de pelo menos 2 turmas/ano
OE 2. Assegurar o funcionamento de respostas especializadas na área das migrações e da interculturalidade	Capacitar profissionais e entidades nas áreas ao acolhimento e integração de pessoas migrantes	Elaboração de plano de formação/ano; Execução de 60% das ações do plano de formação.
OE 3. Contribuir para um concelho mais igualitário e inclusivo, com tolerância zero ao racismo e à xenofobia	Promover iniciativas de informação e sensibilização, valorizando a diversidade e desconstruindo preconceitos associados para públicos diversos	Realização de, pelo menos, 4 iniciativas/ano, ao longo da vigência do PDS.
	Realização de campanha de comunicação contra o racismo e xenofobia com exemplos de sucesso de integração no concelho	1 campanha, de âmbito concelhio, produzida até 2027.

EIXO – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO		
Objetivo Estratégico	Iniciativas Estratégicas	Metas
OE 1. Promover uma intervenção integrada concelhia na área das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA)	Consolidar o modelo de atuação e uniformização de procedimentos referentes às sinalizações e aos encaminhamentos.	Realização de fluxograma para tratamento das sinalizações e das situações identificadas ao longo do Plano até ao final de 2026.
	Manter o acompanhamento e intervenção personalizados às PSSA.	Atribuição de um/a gestor de caso em 100% das situações acompanhadas.
OE 2. Aumentar o conhecimento sobre as PSSA e das respostas existentes no concelho	Realizar ações de sensibilização e Encontros sobre a atividade e funcionamento do NPISA de Oeiras.	Realização de uma iniciativa/ano dirigidas às entidades com sede/intervenção em Oeiras, ao longo da implementação do PDS.
	Divulgar os recursos disponíveis para a sinalização de PSSA	Aumentar, em 5%/ano, o número de sinalizações para o endereço eletrónico npisa.oeiras@oeiras.pt .
OE 3. Promover a integração das PSSA em contexto de formação e/ou mercado de trabalho	Aumentar as respostas de emprego apoiado/protegido em articulação com as entidades do Programa Oeiras Community Valley (OCV).	Apresentação de 5 candidatos /ano às ofertas disponíveis ao longo da implementação do PDS.
	Sensibilizar empresas e outras entidades empregadoras para a integração de PSSA em contexto de formação/posto de trabalho.	2 reuniões/ano (a partir de 2026), com empresas e outras entidades empregadoras ao longo da implementação do PDS.

OE 4. Promover a integração da PSSA em respostas de alojamento permanente, partilhado e acompanhado	Definir critérios de admissão para o acolhimento temporário e permanente, visando uma maior rotatividade das pessoas acolhidas.	Elaboração e divulgação de documento com os critérios de admissão até ao final de 2026.
OE 5. Assegurar o funcionamento de respostas especializadas	Criar condições para a existência de respostas de acolhimento	Implementação de pelo menos 2 respostas habitacionais de acolhimento durante a vigência do PDS.

EIXO – PESSOAS IDOSAS		
Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Metas
OE1. Apoiar a manutenção do/a idoso/a em contexto domiciliário com autonomia e maiores condições de segurança	Sensibilizar os idosos e seus cuidadores para as questões de segurança no domicílio.	Realização de 4 ações/ano dirigidas a idosos e seus cuidadores; Elaboração de Campanha de Sensibilização até final de 2026, com a divulgação anual.
	Fomentar a implementação de respostas que potenciem a manutenção dos idosos no seu domicílio.	Alargar o projeto a alargamento do horário de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) a todas as entidades sociais do Concelho com a resposta de SAD; Apresentar, durante a vigência do PDS, uma proposta uniformizadora do funcionamento da resposta Centro de Dia, que poderá constituir-se como um Manual de Boas Práticas.
OE2. Reforçar as redes de suporte ao Idoso, à pessoa com demência e seus cuidadores	Realizar ações de promoção da literacia na área do envelhecimento e demência	Realização de pelo menos 2 ações/ano
	Implementar projeto que permita o descanso do cuidador através de criação de resposta de acolhimento	Implementação do projeto até ao final de 2026 e avaliação até ao final do 1.º semestre de 2027 com vista ao alargamento
	Alargar a rede de respostas sociais dirigidas a este público-alvo	Criação de, pelo menos, 75 vagas em estruturas residenciais, até ao final da vigência do PDS
OE 3. Potenciar as instituições sociais ao nível do funcionamento das respostas sociais	Capacitar entidades para a criação e/ou adaptação de respostas sociais de forma a garantir a sua sustentabilidade	Realização de 1 ação/ano
OE 4. Promover o envelhecimento ativo	Organizar uma mostra de promoção do envelhecimento com um conjunto diversificado de atividades (cuidados de beleza,	Realização de pelo menos duas edições desta Mostra até ao final de vigência do PDS

	culturais, desportivas, ...)	
OE 5. Promover a participação da pessoa idosa	Criar Fórum do Idoso com vista a dar voz a esta população, e promover sessões temáticas do interesse dos idosos	Realização 10 ações ano (a partir de 2026)
OE 6. Difundir a informação relativa às respostas/recursos direcionadas para a população idosa	Implementar iniciativas de comunicação diversificada	Realização de Plano de Comunicação até final de 2026.

EIXO – VIOLENCIA		
Objetivo Estratégico	Iniciativas Estratégicas	Metas
OE 1. Promover uma intervenção integrada no âmbito da violência doméstica e de género ao longo do ciclo de vida	Definir o modelo de intervenção concelhio para a área da violência ao longo do ciclo de vida.	Até 2026, apresentar documento orientador da intervenção.
OE 2. Assegurar o funcionamento de respostas especializadas na área da violência	Criar condições para a existência de uma resposta habitacional no concelho para vítimas de violência doméstica e de género e suas famílias.	Construção de resposta habitacional – Casa do Páteo – até 2029.
OE. 3. Qualificar profissionais e serviços para uma intervenção mais especializada e securitária para as vítimas	Realizar ações de formação especializadas/certificadas para os profissionais das entidades com intervenção nesta matéria (primeira e segunda linha).	Elaboração de plano de formação/ano; Execução de 60% das ações do plano de formação.
OE. 4. Contribuir para o aumento do conhecimento sobre temáticas associadas à violência, incluindo ao nível do trabalho com pessoas agressoras	Realizar ações de informação e sensibilização para públicos diversos, incluindo junto de pessoas agressoras.	Realização de 3 iniciativas/ ano.
	Realizar ações de informação e sensibilização para a comunidade educativa, nomeadamente em empreendimentos de habitação municipal.	Realização de 2 iniciativas/ ano.

PARTE V

Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social 2025-2029

5. MONITORIZAÇÃO DO PDS 2025-2029

A monitorização do Plano de Desenvolvimento Social é uma atividade essencial para garantir que as metas e objetivos definidos no plano estão a ser atingidos e para realizar ajustes se necessários.

Este procedimento, ao nível estratégico e operacional dos resultados previstos, deverá integrar a estratégia subsequente à sua implementação, de modo a assegurar a prossecução eficaz e eficiente dos objetivos e das linhas orientadoras definidas neste instrumento de planeamento de âmbito local.

A monitorização constitui uma função regular e com caráter contínuo, suportada na recolha, análise e reporte sistemático de informação que disponibiliza à orientação política, à gestão técnica e aos demais atores do CLAS de Oeiras envolvidos na implementação do PDS, bem como evidências sobre o processo de execução e os progressos alcançados ao nível dos objetivos estratégicos bem definidos para cada eixo.

Serão seguidas algumas etapas para apoio à monitorização:

1. **Definição de indicadores** de avaliação nos futuros planos de ação anuais, referentes a cada eixo estratégico e respetivas áreas temáticas;
2. **Recolha e análise de informação**, que irá permitir a avaliação do progresso dos objetivos do PDS; esta fase poderá incluir a comparação de dados ao longo do tempo de vigência, análise da evolução da execução e identificação de áreas que exigem atenção especial;
3. **Emissão de relatórios intermédios periódicos e reuniões de acompanhamento** para comunicação e avaliação dos resultados da monitorização:
 - o Reuniões regulares dos Grupos de Trabalho;
 - o Reuniões do Núcleo Executivo do CLAS;
 - o Reuniões das Comissões Sociais de Freguesia;
 - o Reuniões trimestrais entre Núcleo Executivo do CLAS, coordenadores dos diferentes Grupos de Trabalho e Comissões Sociais de Freguesia;

4. Ajustes intermédios, decorrentes dos resultados da monitorização, caso seja necessário, podendo incluir a revisão de metas e estratégias;

Assim, a avaliação do Plano de Desenvolvimento Social de Oeiras 2025-2029 visa proceder a um balanço final, rigoroso, robusto, credível sobre os resultados do plano, com a identificação das principais dificuldades e boas práticas de desenvolvimento social de base local registadas no período 2025-2029.

A responsabilidade pelo acompanhamento da execução, monitorização e avaliação do PDS, bem como da manutenção da sua articulação com os respetivos Planos de Ação será, de acordo com as suas atribuições, do Núcleo Executivo do CLAS de Oeiras.

Assim, considerando as dificuldades sentidas, no PDS 2018-2022, ao nível da realização de momentos formais de monitorização e avaliação do PDS, considerado como um obstáculo a uma maior taxa de execução das medidas propostas, será redefinida a metodologia de funcionamento dos Grupos de Trabalho e operacionalização do PDS, tendo por base as etapas acima identificadas.

Ao serem seguidas estas etapas, é possível uma avaliação abrangente e significativa do Plano de Desenvolvimento Social de Oeiras, garantindo que este continue a atender às necessidades e aspirações da comunidade.

PARTE VI

Considerações Finais

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um instrumento de planeamento, sustentado no Diagnóstico Social, que reflete as estratégias a implementar em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais, sendo a sua construção resultado de uma definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local.

Ao finalizar-se este processo, é importante refletir sobre as várias fases que foram seguidas, o que poderá constituir um apoio à execução do plano e facilitar o seu impacto positivo na comunidade. Como fases mais relevantes, podemos identificar:

1. A participação da comunidade, através da resposta ao questionário que foi dirigido aos municíipes para a elaboração do Diagnóstico Social de 2023; considerar as perspetivas dos residentes de Oeiras é essencial para desenvolver estratégias que atendam às suas necessidades e interesses;
2. Abordagem holística, que teve em consideração uma ampla gama de fatores sociais, económicos, culturais e ambientais que impactam a qualidade de vida da comunidade;
3. Definição de metas e objetivos realistas e mensuráveis, que possam ser alcançados ao longo do período de implementação do PDS;
4. Estabelecimento de parcerias e colaborações extraordinárias, de forma a produzir-se um PDS forte e com impacto, não só ao nível da identificação das necessidades e das dimensões dos problemas sociais existentes no território, mas também na definição das soluções que melhor poderão responder aos problemas identificados.

Podemos concluir que a estrutura base deste Plano assenta na dinâmica participada e partilhada dos diversos atores que entraram em ambos os processos de elaboração dos documentos de planeamento da Rede Social de Oeiras, culminando no trabalho desenvolvido pelos diversos grupos focais temáticos e na inclusão de um novo eixo prioritário de intervenção – Família e Comunidade. O resultado foi a elaboração de um conjunto de linhas orientadoras

para o desenvolvimento social, que se pretendem executáveis e inclusivas para todos os eixos de intervenção definidos e para os que se pretende implementar durante o período de vigência deste documento.

Como anteriormente referido, é intenção que a fase de monitorização periódica e avaliação final, seja, do mesmo modo, um processo partilhado e participado, com especial enfoque no trabalho das Comissões Sociais de Freguesia e na dinamização das áreas temáticas definidas, em estreita articulação com o Núcleo Executivo da Rede Social de Oeiras.

Por último, reforça-se o carácter estratégico e dinâmico que este documento apresenta em simultâneo, uma vez que pretende refletir e acompanhar as dinâmicas que ocorrerão ao longo deste período, quer demográficas quer socioeconómicas.

PARTE VII

Anexos

7. Grupos Focais: entidades participantes

1. Crianças e jovens

Agrupamento de Escolas de Carnaxide Portela;
Câmara Municipal de Oeiras: Departamento de Educação, Divisão de Coesão Social e Unidade de Juventude;
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras;
Instituto de Segurança Social;
Núcleo de Infância e Juventude de Oeiras;
Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental – Cuidados de Saúde Primários de Oeiras.

2. Deficiência e/ou Incapacidade

ARIA – Associação de Reabilitação e Integração Ajuda;
Câmara Municipal de Oeiras: Divisão de Coesão Social;
Casa de Betânia;
Centro Nuno Belmar da Costa;
CERCIOeiras
ELI – Equipa Local de Intervenção Precoce,
Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce;
Universidade Atlântica.

3. Emprego, empreendedorismo e qualificação profissional

Câmara Municipal de Oeiras;
Centro Qualifica do Município de Oeiras;
Equipas do Protocolo de RSI de Carnaxide e Porto Salvo;
Gabinete de Inserção Profissional de Caxias;

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Seagency – Fábrica do Empreendedor;

Universidade Atlântica.

4. Família e Comunidade

Câmara Municipal de Oeiras: Divisão de Coesão Social e Divisão de Gestão Social da Habitação;

Comissão Social de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada Dafundo;

Comissão Social de Freguesia de Carnaxide e Queijas;

Comissão Social de Freguesia de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias;

Equipas do Protocolo de RSI de Carnaxide e Porto Salvo;

Junta de Freguesia de Barcarena;

Junta de Freguesia de Porto Salvo;

Instituto de Segurança Social;

Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental – Cuidados de Saúde Primários de Oeiras.

Unidade Local de Saúde de Lisboa e Oeiras – Psiquiatria de Oeiras.

5. Núcleo de Intervenção com Pessoas Sem Abrigo de Oeiras:

ARIA – Associação de Reabilitação e Integração Ajuda;

Câmara Municipal de Oeiras: Divisão de Coesão Social, Divisão de Polícia Municipal;

Direção Geral dos Serviços Prisionais – Hospital de São João de Deus;

ETET – Eixo Oeiras/Cascais – Equipa de Tratamento de Oeiras;

IDEQ;

Instituto de Emprego e Formação Profissional;

Instituto de Segurança Social;

Polícia de Segurança Pública;

Santa Casa da Misericórdia de Oeiras

Unidade Local de Saúde de Lisboa e Oeiras – Psiquiatria de Oeiras;
Unidade Local de Saúde Lisboa e Oeiras – Unidade de Saúde Pública.

6. Pessoas Idosas

APOIO – Associação de Solidariedade Social;
Associação Coração Amarelo;
Associação Médica de Gerontologia Social;
Câmara Municipal de Oeiras: Divisão de Coesão Social;
Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores;
Centro Social Paroquial de Oeiras
Centro Social Paroquial de São Romão de Carnaxide;
Centro Social Paroquial de São Miguel de Queijas;
Instituto de Segurança Social;
Universidade Atlântica;
Universidade Sénior de Oeiras;

7. Rede Integrada de Oeiras Contra a Violência:

Associação de apoio à vítima;
Câmara Municipal de Oeiras: Divisão de Coesão Social
União de Freguesias de Carnaxide e Queijas;
Junta de Freguesia de Porto Salvo;
Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa Lisboa 1;
Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS);
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental – HSFX;
Centro Social e Paroquial de Porto Salvo;
Santa Casa da Misericórdia de Oeiras;
PSP – Casa da Maria;

Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental – Cuidados de Saúde Primários de Oeiras-Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos – EPVA.

8. Rede Integrada de Oeiras para as Migrações:

Associação Chance +;

Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu - Portugal;

Associação dos Amigos da Mulher Angolana;

Associação Moinho em Movimento;

Assomada – Associação de Solidariedade Social;

Câmara Municipal de Oeiras: Divisão de Coesão Social;

Pombal XXI - Associação;



**REDE
SOCIAL
OEIRAS**

